

Divinópolis/MG, 11 de Julho de 2018

## Sintram e Cresst realizam segunda edição da mostra 'Revele seu Talento'



*A primeira exposição **Revele seu Talento** ocorreu no dia 11 de maio com a presença de 14 expositores*



*O servidor Cyro Máximo, que produz oratórios, foi um dos expositores na primeira edição do Projeto*

Será nesta sexta-feira (13) a segunda edição da exposição Revele seu Talento, que tem por objetivo estimular e valorizar o servidor municipal de Divinópolis. A segunda edição do evento está marcada para esta sexta-feira (13), de 13h às 17h, e acontece na garagem do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram).

O projeto Revele seu Talento é fruto de uma parceria fechada no ano passado entre o Sintram e o Centro de Referência à Saúde e Segurança do Trabalhador (Cresst). O objetivo é possibilitar ao servidor que tenha talentos como artesanato, literatura, música, culinária e todo tipo de arte, a apresentar sua produção e negociar seus produtos. Quem visitar a mostra desta sexta-feira, poderá adquirir produtos realmente de qualidade. A primeira edição do Revele seu Talento aconteceu em maio e na ocasião foram 14 expositores. Para a segunda edição que ocorre nesta sexta-feira, 18 servidores municipais já se inscreveram para participara da exposição.

Para os servidores, a parceria entre o Sintram e o Cresst é a grande oportunidade de mostrar sua arte. Os trabalhos, todos artesanais e caseiros, são excelentes para decoração e a culinária também está presente, com bombons, doces e temperos.

O Projeto tem também como objetivo identificar os servidores municipais que possuam talentos e habilidades em quaisquer áreas. “Nós buscamos valorizar o talento dos servidores, que pode ser crochê, pintura, bordado, marcenaria, tricô, perfumaria, tempero, doces, entre outros. Qualquer atividade que eles queiram apresentar”, conforme explicou a socióloga do Cresst, Margareth Andrade.

Para participar, o servidor deve procurar a equipe do projeto para cadastrar-se ou preencher os formulários que estão à disposição em todos os setores de recursos humanos das secretarias. Mais informações para os servidores interessados em participar podem ser solicitadas pelo telefone 3229-6636 ou pessoalmente na sede do Cresst.

# Câmara dos Deputados aprova isenção de energia para famílias de baixa renda



O plenário da Câmara aprovou, na noite desta terça-feira (10), a gratuidade de energia para famílias de baixa renda com o consumo mensal de até 70 quilowatts-hora (kWh) por mês. A medida foi aprovada por meio de emenda ao texto do projeto de lei que viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia elétrica da Eletrobras na Região Norte.

Atualmente, a tarifa social de energia estabelece descontos ao consumidor de baixa renda cadastrado no valor de 65% no consumo registrado de até 30 kWh/mês; de 40% na faixa de 31 kWh até 100 kWh/mês; e de 10% na faixa de 101 kWh até 220 kWh/mês. A isenção no pagamento, atualmente, atinge apenas índios e quilombolas.

## PEQUENAS CENTRAIS

Outra emenda aprovada permite às pequenas centrais hidrelétricas com pelo menos uma unidade geradora (turbina) em funcionamento terem seu prazo de autorização contado a partir da operação comercial dessa unidade, exceto as que tiverem penalidade pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quanto ao cronograma de implantação.

Após a aprovação da matéria, o presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), questionou a origem dos recursos orçamentários para custear a

isenção de pagamento da energia elétrica às famílias de baixa renda. “Eu preciso que alguém me informe qual o impacto no Orçamento do governo. Se alguém deixar de pagar a conta, outra pessoa vai pagar”, perguntou Maia.

O relator da proposta, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), argumentou que a medida não geraria impacto porque o trecho já tinha sido negociada com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) durante a discussão da Medida Provisória 814/17, que perdeu a vigência antes de ser votada pelo Congresso.

## DISTRIBUIDORAS

Deputados concluíram na sessão de hoje a análise dos destaques que ficaram pendentes na semana passada. As seis distribuidoras que poderão ser colocadas à venda são: Amazonas Energia, Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron); Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre); Companhia Energética de Alagoas (Ceal); Companhia de Energia do Piauí (Cepisa); e Boa Vista Energia, que atende a Roraima.

Em maio, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por unanimidade a publicação do edital de privatização dessas seis distribuidoras de energia elétrica.

Fonte: Agência Brasil

# Câmara do Rio de Janeiro começa a discutir nesta quarta-feira impeachment do prefeito Crivella



A Câmara Municipal do Rio de Janeiro suspendeu extraordinariamente o recesso e discute, a partir desta quarta-feira (11), o futuro do prefeito da capital, Marcelo Crivella (PRB). Dezesete vereadores de oito partidos de oposição conseguiram interromper o recesso para por em discussão e votação o processo de impeachment de Crivella. A votação deve ocorrer nesta quinta-feira (12).

Desde ontem (10), Crivella vive dias decisivos. A batalha começou com os pedidos de impeachment contra o prefeito, que governa o Rio há um ano e meio. Os vereadores querem debater a conduta dele.

Em reunião no Palácio da Cidade, na semana passada, Crivella ofereceu a líderes religiosos ajuda para realização de cirurgias de catarata e varizes, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para os fiéis. O prefeito também indicou a possibilidade de colaborar com os religiosos para a obtenção de isenção legal de pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para seus templos.

## MOBILIZAÇÃO

A bancada de oposição está confiante na mobilização popular para lotar as galerias da Câmara e, assim, pressionar vereadores indecisos, que possam estar descontentes com a condução de Crivella.

A aprovação do impeachment depende de 34 votos favoráveis para iniciar o processo. Os parlamentares da base de Crivella classificam a iniciativa de eleitoreira e garantem que ela será derrotada por ampla margem de votos.

Segundo os opositores, o “pecado” de Crivella foi ter realizado um encontro, no último dia 4, com fiéis evangélicos dentro do Palácio da Cidade, uma das sedes oficiais da prefeitura.

Há gravações de áudio e vídeo com registros de que o prefeito ofereceu vantagens como cirurgias de catarata, varizes, vasectomia e até mesmo a isenção de IPTU para igrejas evangélicas.

## VOLÚVEL

“A base aliada do prefeito é muito volúvel. Ele não tem uma base orgânica, como o [ex] prefeito Eduardo Paes tinha, de 18 vereadores. O Crivella foi eleito com apenas três vereadores de seu partido. Então, a composição de maioria na Câmara depende sempre de muita negociação”, disse o vereador Renato Cinco (PSOL).

Porém, o líder da bancada governista, vereador Dr. Jairinho (MDB), sustenta que tudo aconteceu dentro da normalidade, e que não representa motivo sério para o impeachment de Crivella.

“Não tem motivação para impeachment. Isso é um processo eleitoreiro. Estão querendo fazer um palanque político. Ninguém viu motivação grave para isso. Estamos passando por um momento tão difícil no Brasil, aí o cara faz uma reunião para poder orientar, e vai tomar o impeachment? Não é razoável”, assegurou Jairinho.

Fonte: Agência Brasil

## ELEIÇÕES NO SINTRAM

O Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), realizará eleições para eleger a diretoria 2019/2022, nos dias 31 de julho e 1º de agosto. Publicaremos hoje no site a composição das duas chapas que disputarão o pleito.

# Câmara dos Deputados aprova aumento do piso salarial para agentes comunitários de saúde



*No ano passado, os agentes comunitários de saúde de Divinópolis tiveram um encontro para discutir a situação da categoria*

O plenário da Câmara aprovou na madrugada desta quarta-feira (11), por votação simbólica, a Medida Provisória (MP) 827/2018 que trata da atuação dos agentes comunitários de saúde. A proposta aumenta o piso salarial da categoria em 52,86% ao longo de três anos. A matéria segue para apreciação do Senado.

De acordo com o texto, o piso atual de R\$ 1.014,00 passará a ser de R\$ 1.250,00 em 2019 (23,27%); de R\$ 1.400,00 em 2020 (12%); e de R\$ 1.550,00 em 2021 (10,71%). O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2014, data do último reajuste, até maio de 2018, é de 26,35%.

A proposta estabelece uma jornada de trabalho de 40 horas. E, a cada dois anos, os agentes de saúde frequentarão cursos de aperfeiçoamento que serão organizados e financiados, de modo tripartite, pela União, estados ou o Distrito Federal e municípios. Já o transporte dos agentes até os locais de atuação será financiado pelo ente ao qual o profissional estiver vinculado.

O governo afirma que a MP 827 é fruto de uma negociação com os agentes comunitários de saúde após os vetos presidenciais à Lei 13.595/18, que alterou diversos pontos da legislação da categoria. Os

vetos foram feitos, segundo o Executivo, para preservar a autonomia de estados e municípios sobre o trabalho dos agentes comunitários.

Antes de concluir a votação, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou a proposição da matéria sem a definição da origem dos recursos, o que chamou de “aumento de despesa sem cobertura”, e cobrou uma explicação.

“Acho que temos de ter responsabilidade com a emenda constitucional aprovada por esta Casa. Como tem um acordo e eu dei minha palavra, nós votaremos a matéria, mas será a última sem previsão de recursos para aumento de despesa”, afirmou.

Por outro lado, os agentes comunitários presentes à galeria do plenário comemoraram a aprovação da matéria cantando o Hino Nacional.

## SENADO

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), afirmou na tarde desta terça-feira (10) que pautará a matéria dos agentes comunitários de saúde assim que chegar na Casa. Editada em abril deste ano, a medida tem validade até 31 de agosto.

“Se chegar aqui uma medida provisória, entendo eu como uma medida do bem, que confirma a data-base dos agentes de saúde e o aumento do seu piso de R\$ 1.040 para R\$ 1.240; se ela chegar aqui até amanhã, eu vou abrir sessão [do plenário] e votar essa medida provisória”, afirmou.

“Não podemos mais onerar os prefeitos, mas não podemos deixar de atender aquilo que já foi votado no Congresso Nacional, como o piso mínimo da categoria dos agentes de saúde – que são anjos sem asas”, concluiu.

**Fonte: Congresso em Foco**